

UM ARQUIVO CORROMPIDO: intervenções do Exército no arquivo pessoal de Nicolau Alekhine sob guarda do Iphan-SP

Rafael de Araújo Oliveira¹
rafael_araujol@hotmail.com

Resumo

Nicolau Alekhine, engenheiro militar e topógrafo russo, veio para o Brasil em 1921 na condição de refugiado da Revolução Russa. No Brasil, especializou-se em estudos dominiais sobre a organização fundiária do estado de São Paulo e principalmente, da capital paulista. Foi desenhista da Prefeitura de São Paulo e atuou na Procuradoria da Fazenda Nacional no estado. Em maio de 1964 foi preso e teve seu arquivo particular confiscado pelo Exército Brasileiro sob alegação de se envolver com grilagem de terras do Hospital Militar de São Paulo (bairro do Cambuci), favorecendo dois oficiais militares lotados naquela instituição. A partir dessa investigação levada a cabo pela justiça militar, foi aberta nova investigação por meio de Inquérito Policial Militar – IPM para apurar crime contra a Segurança Nacional evidenciado nas informações contidas no seu arquivo. Seu arquivo particular foi desmembrado pelos militares e grande parte foi doada para a Superintendência do Iphan em São Paulo. Em nossa pesquisa de mestrado, trabalhamos com o Fundo Nicolau Alekhine do Arquivo Iphan-SP, sob guarda da instituição há pelo menos 50 anos. Interessa-nos, para além do conteúdo escrito em papel por um determinado sujeito, o “não dito”, as relações de poder que formaram este acervo, as classificações que foram dadas à documentação, os discursos acionados pelos diferentes sujeitos e instituições que se apropriaram do arquivo - inclusive o próprio Iphan – e as determinações que fizeram com que o arquivo chegasse espacialmente onde ele está. A pesquisa visa “desnaturalizá-lo” por meio da análise sociológica e histórica da documentação. Desse modo, a “lente” etnográfica auxilia a pesquisa histórica ampliando a análise para além do conteúdo do acervo. Entendemos os arquivos como produtos de intencionalidades dos diferentes agentes que dele se apropriam e agenciam diariamente: titulares, família, arquivistas, pesquisadores. São processos seletivos dos registros que informam sobre nossa existência. Do imbróglgio de apropriações pelos quais passaram o arquivo particular de Alekhine, levantamos algumas questões que são trabalhadas na pesquisa: Em que contexto se constituiu o arquivo? Que atores participaram da acumulação, guarda e destinação deste arquivo? Em que medida esses atores intervíram na documentação e na organização construída pelo titular? Qual a intencionalidade desses atores ao intervirm na documentação? O foco principal da pesquisa é a produção de uma “biografia do arquivo”, entendendo-o como um objeto passível de representações e diferentes apropriações ao longo do tempo. Um produto de construções múltiplas e diversas e nem sempre coerentes com as práticas arquivísticas.

¹ Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

Palavras-chave: Biografia de arquivo. Nicolau Alekhine. Genealogia de terras. Inquérito Policial Militar. Iphan-SP.

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan em São Paulo é formado por três fundos documentais, dois dos quais, constituídos a partir de arquivos pessoais e particulares. O Fundo Iphan-SP reúne documentos sobre os bens culturais tombados, registrados, ou que foram alvo de alguma ação de salvaguarda da Instituição não só no Estado de São Paulo, mas também nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, devido aos diferentes períodos de reorganização administrativa e abrangência de sua jurisdição. São documentos técnicos e administrativos produzidos pelos funcionários do órgão, provenientes das áreas de arquitetura, arqueologia, história, antropologia, educação patrimonial, conservação e restauro, dentre outras.

O Fundo “Janjão”, reúne documentos acumulados e produzidos pelo arquiteto Antônio Luiz Dias Andrade, conhecido como “Janjão”. O arquiteto foi conselheiro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT e do Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo – DPH. E por último, Superintendente do IPHAN em São Paulo de 1978 até 1994 (MORI, 2008, p. 33). É por conta desta última atividade profissional exercida por Janjão que a história de seu arquivo se confunde com a própria história da Superintendência, pairando entre o pessoal e o institucional. São documentos relacionados aos levantamentos arquitetônicos executados por ele, textos internacionais de arquitetura, desenhos e projetos de edificações no Vale do Paraíba, dentre outros. Este conjunto documental está organizado em caixas-box e corresponde à um total de 7,28 m lineares aprox. (51 caixas). Além desta documentação, existe na Biblioteca da Superintendência do Iphan São Paulo a “Coleção Janjão”: 1960 livros e revistas acumulados pelo arquiteto e que foram adquiridos pela Superintendência em 1997, em decorrência de seu falecimento.¹

Por último, temos o Fundo Nicolau Alekhine, nosso objeto de pesquisa, formado por documentos acumulados por Nicolau Alekhine ao longo de mais de 40 anos de atividades profissional como engenheiro, topógrafo, pesquisador e desenhista. Tendo data-limite de acúmulo entre a década de 1920 e 1960, este arquivo é composto por uma diversidade de documentos: certidões de registros de terras; cópias de registros paroquiais; plantas; mapas; quadros genealógicos; gráficos de sucessão dominial de terrenos; estudos dominiais sobre terras no Estado de São Paulo; anotações de pesquisas diversas; recortes de jornal sobre reportagens envolvendo os terrenos pesquisados; recortes dos diários oficiais da União, Estado e Município de São Paulo; correspondências diversificadas; minutas de documentos e estudos; laudos periciais sobre ações judiciais envolvendo disputas de terras; fotografias; cópias de leis; estudos sobre jurisprudências e peças judiciais.

Alekhine (1893 – 1988)² enquanto engenheiro e pesquisador se deteve à investigação da configuração territorial de São Paulo, atuando em questões judiciais que envolviam a comprovação do domínio sob terras públicas e particulares no Estado de São Paulo. Ao atuar profissionalmente em órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo que se detinham sobre a questão do patrimônio imobiliário da Capital, Alekhine montou seu arquivo particular reproduzindo documentos de arquivo de tabeliães, cartórios, ofícios, instituições públicas e privadas, e ainda, arquivos paroquiais que versavam sobre registros de terras no Estado de São Paulo. Apesar de a data limite de construção e acumulação do arquivo estar situada no Século XX, as informações que constam nos documentos acumulados remontam ao período colonial, partindo da segunda metade do século XVI até os anos 1960.

Por conta de sua prisão em 1964, quando esteve envolvido num esquema de grilagens de terras do Hospital Militar de São Paulo, seus arquivos foram apreendidos pelo Exército Brasileiro e doados para a Superintendência do Iphan em São Paulo. A transferência do arquivo se deu na época em que o 4º Distrito da Dphan (hoje Iphan-SP) era chefiada por Luís Saia (1911 – 1975) – engenheiro e arquiteto que dedicou sua vida profissional à preservação dos bens culturais no Estado de São Paulo – o qual solicitou e obteve os documentos por meio de doação, julgando serem importantes para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

Hoje a documentação que compõe o Fundo Nicolau Alekhine (62 caixas-box) está minimamente descrita, e higienizada, no entanto, sua organização ainda é precária e constitui um reflexo das apropriações arbitrárias que foram feitas do arquivo pelos agentes do Exército. Essas ações, pelo período em que foram realizadas - maio de 1964 - merecem destaque, já que estavam no cerne de investigações realizadas por meio de Inquéritos Policiais Militares – IPMs.

2 DE ARQUIVO PESSOAL À INSTITUCIONAL: PRISÃO E DOAÇÕES

A prisão de Nicolau Alekhine, em 1964, está permeada por imbróglis jurídicos e arbitrariedades cometidas pelos agentes do Exército que participaram da investigação. Os autos do processo investigação – Inquéritos Policiais Militares nº 278/64 e 943/65 – estão apensados na Apelação nº 40.729 (1975), sob guarda do Arquivo do Superior Tribunal Militar - STM, em Brasília, recebendo este último número de protocolo quando os indiciados, entraram com recurso neste órgão, última instância da Justiça Militar. Este processo constituiu a principal fonte de nossa pesquisa por conter informações pessoais sobre o titular e os atos administrativos que envolveram as apropriações os processos de transferência de seu arquivo particular.

Alekhine ao longo de sua atuação profissional se especializou na localização de terras em litígio, cujos proprietários disputavam judicialmente o domínio por um mesmo imóvel. A dúvida acerca da localização exata dos terrenos e seus limites constituiu o campo de atuação de Nicolau Alekhine sendo, por vezes, contratado por peritos judiciais para elaboração de estudos e plantas. Seu conhecimento nessa área fez com que ele fosse convidado a trabalhar em instituições estratégicas sobre o tema como, Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio da Prefeitura de São Paulo (1927 – 1932); Comissão para a Retificação do Rio Tietê (1927 – 1932); Arquivo João Baptista de Campos Aguirra (1927 – 1932); Divisão de Patrimônio da Prefeitura de São Paulo (1936 – 1940); Procuradoria Judicial da Prefeitura de São Paulo (1940 – 1944); Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo (1956 – 1964).³ Neste último órgão de atuação, Alekhine acabou se especializando na pesquisa de terras da União em São Paulo e principalmente, subsidiando processos de discriminação de terras.

Sua expertise na pesquisa sobre genealogia de terras do município de São Paulo, levou-o a ser convidado para trabalhar como assessor particular de Nero de Macedo Júnior, Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo – PGFN, na década de 1950. Desde 1956, ele atuava no órgão federal pesquisando as terras da União no Estado de São Paulo, produzindo estudos, pareceres, laudos, mapas, desenhos e gráficos, documentos que eram endossados pelo procurador-chefe.

Na década de 1960, Nicolau Alekhine foi apresentado por um dos auxiliares da PGFN em São Paulo à um oficial da reserva, Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira, ex-chefe do serviço odontológico do Hospital Militar de São Paulo (Hoje Hospital Geral de São Paulo – HGSP), no Cambuci. O oficial procurava alguém que detivesse conhecimentos históricos sobre a região do hospital - antiga Chácara da Glória – com a finalidade de auxiliá-lo numa questão particular. Essa relação profissional entre Alekhine e o Tenente Coronel Ariolando, fez com que ambos respondessem processo na Justiça Militar por tentativa de estelionato dos terrenos do HGSP. O oficial militar Ariolando - num esquema envolvendo sua esposa, concunhado e seu filho - tentou grilar parte dos terrenos do hospital, que à época, contava como proteção apenas uma cerca de arame farpado e era cortado por uma valeta próxima aos limites do terreno. Como artifício para a tentativa de grilagem, a mesma valeta foi estrategicamente representada em plantas e documentos cartoriais como sendo o leito do Córrego de Cortume,⁴ marco natural de divisão entre os terrenos do HGSP e a Chácara do Cortume. Desse modo, foram falsificados documentos de registros de terras e o Tenente Coronel tornou-se proprietário de áreas que pertenciam ao terreno do hospital, e por conseguinte, à União.

Na condição de suposto proprietário, Ariolando desmembrou a gleba e vendeu os lotes para diversos interessados. Um destes compradores, ao visitar seu terreno recentemente adquirido, encontrou placas do Exército dizendo ser propriedade do Ministério da Guerra. Com a finalidade de esclarecer a questão, esse mesmo proprietário foi informar-se na Direção do HGSP em 1962, chefiada pelo oficial do Exército Coronel Tito Ascoli de Oliva Maya, que para averiguar o caso, pediu a abertura do Inquérito Policial Militar nº 278/64, sob sua responsabilidade como encarregado.

Após dois anos de investigações, o Coronel Maya recebeu um telefonema anônimo dizendo que Alekhine possuía em sua residência vários documentos sobre terras da União, inclusive as do HGSP. Em maio de 1964, dois agentes do Exército fizeram uma busca na residência de Alekhine, levando-o preso juntamente com toda a sua documentação. Alekhine conseguiu o deferimento de um *habeas corpus* impetrado a seu favor na Justiça Militar pouco tempo depois. Com a finalidade de investigar a documentação que estava sob sua posse, foi aberto outro Inquérito Policial Militar, desta vez, para apurar

os fatos e devidas responsabilidades, nas atividades desenvolvidas pelo indiciado Nicolau Alekhine e outros, capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, evidenciados em documentos pertinentes ao Patrimônio da União, à Justiça do Estado e à Segurança Nacional, apreendidos em poder do indiciado(...).⁵

Sob poder da 2ª Região Militar do Exército, a documentação de Alekhine foi arrolada e investigada. O que se tinha de documentos originais pertencentes aos órgãos públicos do Município de São Paulo e da União foram restituídos tendo como consequência a abertura de inquéritos policiais na justiça comum para apurar o extravio, os quais, todos arquivados por falta de provas. O restante do arquivo apreendido foi doado para a Superintendência do Iphan em São Paulo, por intermédio de Luís Saia. Este último foi convocado a prestar depoimento como testemunha informante no IPM em 1965 pelo fato de os oficiais encarregados dos inquéritos terem encontrado documentos referentes aos bens tombados pelo Iphan sob jurisdição do Ministério da Guerra no Guarujá, em especial, sobre a Fortaleza da Barra Grande e o Fortim da Praia do Góis, edificações militares do período colonial. Tendo contato com os documentos, Luís Saia os solicitou por meio de ofício, justificando que seriam fontes importantes para a história de São Paulo e de igual valor para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o que foi prontamente atendido.⁶

Desde então a documentação particular de Nicolau Alekhine encontra-se no Iphan-SP. No segundo Inquérito Policial Militar aberto para investigar a documentação, a condução do processo estava a cargo do Capitão João Sihler e do escrivão Capitão Reginaldo Moreira de Miranda. Estes dois oficiais tinham amizade pessoal com Luís Saia, indicando que esta relação teria sido decisiva para concretizar a doação para o órgão de preservação do patrimônio no âmbito federal. Ainda que Saia tenha solicitado

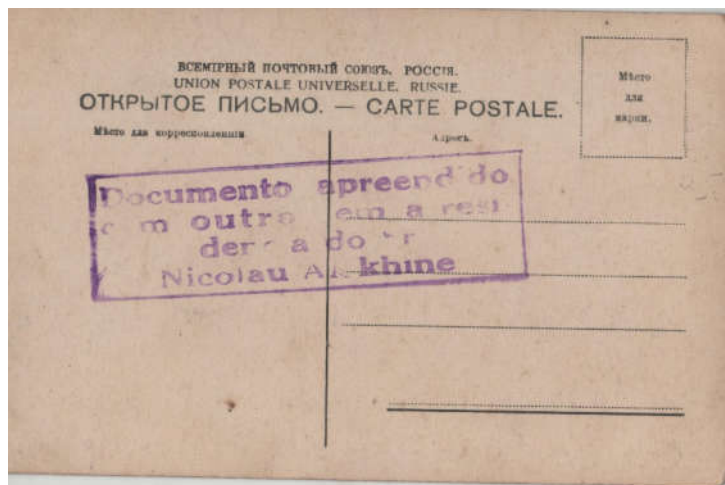
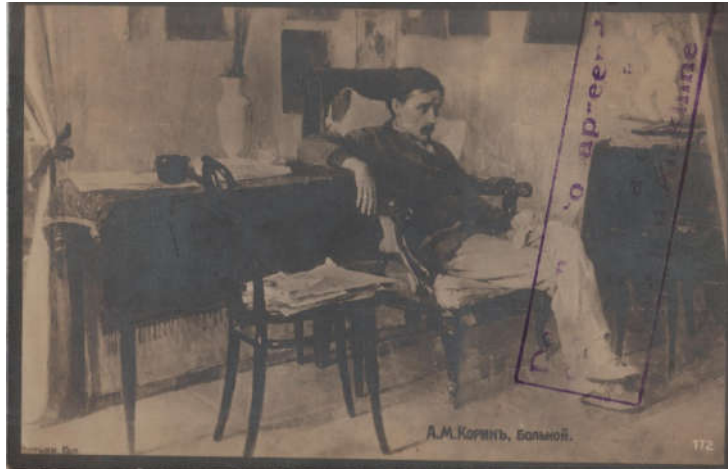
a documentação e classificado como importante para a defesa dos interesses do Iphan no Estado de São Paulo, uma vez na Superintendência, a documentação ficou praticamente “esquecida” durante quase 50 anos. Examinando as 62 caixas que formam o Fundo Nicolau Alekhine, hoje pertencente à Superintendência do Iphan em São Paulo, ganha destaque uma série de intervenções que foram realizadas pelos oficiais do Exército entre 1964 e 1965, época em que os oficiais militares tinham a documentação sob sua custódia.

3 UM ARQUIVO CORROMPIDO: AS INTERVENÇÕES DO EXÉRCITO

As intervenções pelas quais o arquivo de Nicolau Alekhine passou são importantes para refletirmos as intencionalidades dos agentes que em algum momento, tiveram acesso ao arquivo, seja com a finalidade de organizar ou ocultar informações. De um modo ou de outro, estas intervenções acabaram apagando a titularidade instituída por Nicolau Alekhine enquanto detinha o arquivo sob sua posse.

A primeira das intervenções no arquivo de Nicolau Alekhine realizada pelos agentes do Exército foi o ato de carimbar a documentação. Com a finalidade de arrolar a documentação e identificá-la, os oficiais militares produziram um carimbo com os dizeres “documento apreendido com outros em a residência do Sr. Nicolau Alekhine”. A frase, por si só, denota a supressão de titularidade e posse dos documentos, ao projetar a documentação como sendo apreendida na residência de Alekhine, e não como sendo de propriedade dele, concebendo, desse modo, a titularidade como indeterminada. Uma porcentagem do total de documentos está carimbada com estes dizeres, inclusive documentos de caráter pessoal de Alekhine, que, supomos, nada teria de relação com a justificativa forjada de serem “importantes para a Segurança Nacional”.

Figura 1 e 2 – Cartões Postais provenientes da Rússia, com carimbos (frente e verso).



Fonte: Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo IPHAN-SP, Cx04/62.

Se este tipo de intervenção tinha como finalidade a identificação dos documentos, este processo fora pouco efetivo já que não foi feito exhaustivamente, sem contemplar, por conseguinte, a totalidade do arquivo. Outras intervenções realizadas pelos agentes militares tiveram um caráter oposto, o ocultamento de informações. Esta última finalidade nos convida a refletir sobre a intencionalidade dos agentes da corporação militar, o que nos leva a questões como: que tipo de informações os agentes desejavam ocultar? Qual a efetividade desta intervenção? Seria de fato a intenção de ocultar ou foram intervenções de caráter punitivo, apenas?

O que à princípio se iniciou como um ato de identificação dos documentos por meio de carimbo, foi se transformando em intervenções mais complexas e violentas à medida que examinávamos a documentação que compõe o Fundo Nicolau Alekhine. Como instrumento da intervenção foram utilizadas tintas de carimbo despejadas diretamente sobre o papel.

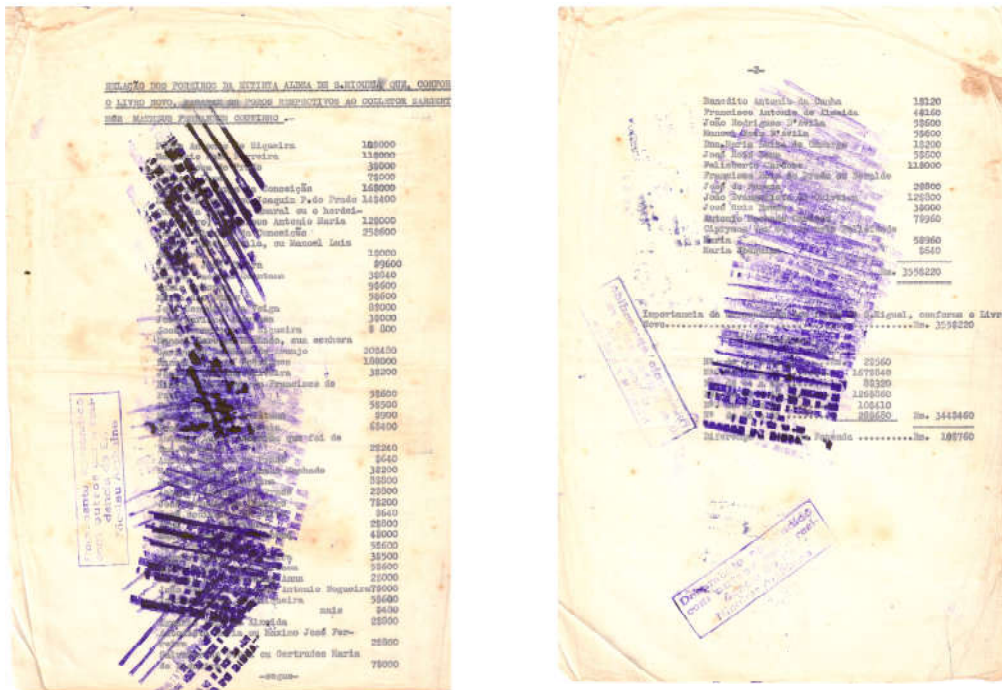
Figura 3 e 4 – Cadernetas com anotações manchadas de tinta.



Fonte: Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo IPHAN-SP, Cx12/62.

As anotações contidas nas cadernetas são registros de pesquisas realizadas em diversos arquivos e órgãos relativos ao tema da configuração territorial de São Paulo. Muitas anotações constituem cadernos de campo de medição topográfica, área de atuação que Alekhine também dominava. A intenção de ocultamento das informações fica mais evidente a partir de uma terceira intervenção realizada em alguns documentos do arquivo. Um exemplo notório é a intervenção realizada em uma listagem denominada “Relação dos foreiros da extinta aldeia de São Miguel que conforme o livro novo, pagaram os foros respectivos ao coletor Sargento-Mor Matheus Fernandes Coutinho”.

Figura 5 e 6 – Listagem de foreiros da extinta Aldeia de São Miguel, com carimbos



Fonte: Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo IPHAN-SP, Cx12/62.

O ato de carimbar excessivamente o mesmo local no documento aponta para a intenção de ocultamento de informações. A parte do documento que sofreu intervenção é exatamente a listagem onde constam os nomes dos foreiros da “extinta aldeia de São Miguel”, terrenos que no período colonial pertenciam aos assentamentos jesuíticos localizados na zona leste da Capital Paulista.

Ao examinarmos as intervenções e seus sentidos, percebemos a arbitrariedade com que foram realizadas. Se ao Exército interessou apreender o arquivo por conter informações pertinentes à Segurança Nacional seria minimamente razoável que ele preservasse integralmente os documentos a fim de consulta-los futuramente, o que não ocorreu, tendo inclusive doado a documentação a outros órgãos federais, entre eles o Iphan-SP. Dentre a documentação, 16% da totalidade do acervo sofreu este tipo de intervenção, o restante permaneceu íntegro, ainda que desorganizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, apesar das intervenções que foram feitas, o Arquivo de Nicolau Alekhine, hoje pertencente ao Iphan-SP, resiste. Este fundo constituiu uma importante fonte de pesquisa sobre a configuração territorial do município de São Paulo e parte do Estado. Hoje o Fundo Nicolau Alekhine encontra-se desorganizado e dissociado a partir dos temas pesquisados pelo titular do arquivo, reflexo direto das intervenções, apropriações e transferências que foram feitas por diferentes agentes e instituições ao longo do tempo. Minimamente, nossa pesquisa busca contextualizar a documentação, subsidiar pesquisas futuras e ações de conservação da documentação por parte da Superintendência do Iphan em São Paulo.

Até o início desta pesquisa, em agosto de 2017, pouquíssimas informações sobre o titular ou sobre os processos de transferência da documentação existiam na Superintendência. Este trabalho demonstra a importância da pesquisa institucional para os órgãos que têm arquivos pessoais sob sua tutela.

Pelo exame dos processos investigatórios e da documentação que compõe o Fundo Nicolau Alekhine, percebemos que a apropriação do arquivo foi compulsória e arbitrária, sem o consentimento de seu titular. No primeiro *habeas corpus* impetrado a favor de Alekhine, a Justiça Militar determinou que se apurassem as irregularidades contidas no IPM e determinou a devolução de seu arquivo,⁷ arbitrariamente apreendido pelos agentes coatores encarregados do IPM, ato que sabemos, nunca foi feito. Nicolau Alekhine morreu em 1988, sem reaver seus documentos. Nesse sentido, contribuir para a conservação do arquivo e divulgar este acervo criando condições para que ele tenha um acesso público poderá se tornar um ato de redenção por parte do Estado, que através de atos coercitivos, institucionalizou uma documentação de caráter pessoal e particular.

REFERÊNCIAS

Apelação nº 40.729 (1975) – Arquivo do Superior Tribunal Militar – Brasília-DF (21 volumes).

Habeas Corpus nº 26.827 (1964) – Arquivo do Superior Tribunal Militar – Brasília-DF (Volume único).

MORI, Victor Hugo. 70 anos do Patrimônio em São Paulo. In: **Patrimônio: 70 anos em São Paulo**. D'ALAMBERT, Clara Correia (Coord. de pesquisa); SOUZA, Marise Campos de, BASTOS, Rossano Lopes (Org.). São Paulo: IPHAN, 9ª Superintendência Regional (SR) - São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Rafael de Araújo. Nicolau Alekhine no Arquivo IPHAN-SP: uma abordagem etnográfica. In: 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil. 15 a 19 de julho de 2019, Recife – PE. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela**. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

Notas

¹ Processo nº 01506.000157/1997-95 – *Aquisição de Biblioteca Especializada – Dispensa de Licitação*. Arquivo Iphan-SP.

² “Nicolau Alekhine nasceu na cidade de Tulla, na Rússia, em 31 de dezembro de 1893, filho de Miguel Alekhine e Júlia Alekhine. Aos 23 anos, ingressou na Escola Militar de Moscou. Tendo alçado o posto de capitão do exército em 1921, lutou na Revolução Russa contra o exército vermelho. No mesmo ano, veio para o Brasil como exilado de guerra, desembarcando no Rio de Janeiro. Permaneceu nesta cidade durante um ano, até mudar-se para São Paulo, local onde construiu sua vida profissional e por conseguinte iniciou a “feitura” de seu arquivo particular” (OLIVEIRA, 2019, p. 4-5).

³ Histórico da Formação do Arquivo. Apelação nº 40.729 (1975) – Arquivo do Superior Tribunal Militar - STM: Brasília/DF, fl.1074-1081 (Vol. 4).

⁴ Na investigação do Inquérito Policial Militar, foi ouvido o engenheiro Rath, responsável pelas obras de canalização do córrego do cortume. Segundo ele, o leito do córrego estava sobreposto à Rua Oliveira Lima e acompanhava o traçado da via, confrontando o argumento de Ariolando Carneiro.

⁵ Portaria de 22 de julho de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 2 (Apenso 1). Neste IPM, Alekhine foi enquadrado no Artigo nº 297 do Código Penal, (Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), onde especifica o crime de “falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro”. (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)

⁶ Ofício 105/64 de Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da DPHAN. ao Capitão João Sihler – encarregado do IPM, 02 de outubro de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – Arquivo do Superior Tribunal Militar - STM, fl. 637 (Apenso 3).

⁷ Habeas Corpus nº 26.827 (1964) - Arquivo do Superior Tribunal Militar - STM: Brasília/DF, fls. 3, 8, 47-54.